

**6º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)
DE 29 DE JULHO A 01 DE AGOSTO DE 2008**

**ÁREA TEMÁTICA 4: INSTITUIÇÕES POLÍTICAS
SESSÃO 1A: INSTITUIÇÕES, VALORES E INTERESSES: IMPACTOS SOBRE O
DESEMPENHO DA DEMOCRACIA**

**INSTITUIÇÕES E VALORES POLÍTICOS: AS OPINIÕES DAS ELITES
PARLAMENTARES DOS PAÍSES DO MERCOSUL EM
PERSPECTIVA COMPARADA**

RIBERTI DE ALMEIDA FELISBINO

DOUTOR EM CIÊNCIAS SOCIAIS PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCAR). ATUALMENTE É PROFESSOR E PESQUISADOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS (UNITINS).

✉ ribertialmeida@yahoo.com.br

**SÃO PAULO (SP)
- JULHO DE 2008 -**

RESUMO

O objetivo deste trabalho é conhecer as opiniões dos membros das elites parlamentares dos países do Mercosul sobre as instituições, principalmente as opiniões sobre a democracia. Para conhecer as opiniões foram utilizados os resultados divulgados pelo *Instituto Interuniversitario de Iberoamérica* da *Universidad de Salamanca* (Espanha), referente à pesquisa *Élites Parlamentarias Latinoamericanas*. As opiniões dos legisladores revelam: a) a democracia apresenta certa estabilidade, b) a democracia é preferível a qualquer outro tipo de regime político, c) os problemas sociais e econômicos ameaçam a estabilidade da democracia e d) os partidos políticos e as eleições são importantes para manter a democracia.

Palavras-chave: instituições, democracia, legisladores e elite parlamentar.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es conocer las opiniones de los miembros de las élites parlamentarias de los países del Mercosur sobre las instituciones, principalmente las opiniones sobre la democracia. Para conocer las opiniones fueron utilizados los resultados de la investigación *Élites Parlamentarias Latinoamericanas*, publicados por el *Instituto Interuniversitario de Iberoamérica* de la *Universidad de Salamanca*. Las opiniones de los parlamentares revelan: a) la democracia presenta cierta estabilidad, b) la democracia es preferible a cualquier otro tipo de régimen político, c) los problemas sociales y económicos amenazan la estabilidad de la democracia y d) los partidos políticos y las elecciones son importantes para mantener la democracia.

Palabras clave: instituciones, democracia, parlamentares y élite parlamentaria.

INTRODUÇÃO

Os países da América Latina passaram por uma longa experiência autoritária e hoje são formalmente Repúblicas presidencialistas, cuja ordem política cumpre com os requisitos básicos do jogo político democrático (Dahl, 1997). Isto significa que os membros das elites políticas desfrutam da liberdade de associação e de expressão, podem competir em busca de apoio em eleições periódicas e livres, e o mais importante é que a oposição tem as mesmas condições de chegar ao poder pelo voto popular. Quanto à possibilidade de a oposição chegar ao poder, à própria história política da América Latina já mostrou casos como aconteceu no Brasil com Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores), no Uruguai com Tabaré Ramón Vázquez Rosas (*Frente Amplio*), no Chile com Ricardo Froilán Lagos Escobar e Verónica Michelle Bachelet Jeria (ambos do Partido Socialista), na Bolívia com Juan Evo Morales Ayma (*Movimiento para el Socialismo*) e recentemente no Paraguai com Fernando Armindo Lugo de Méndez (*Alianza Patriótica para el Cambio*), que rompeu a hegemonia de seis décadas do Partido Colorado no comando do país paraguaio.

Em uma perspectiva poliárquica, atualmente em alguns países da região latina, o regime democrático é fortemente incluso e amplamente aberto à contestação pública; ou seja, representa a ampliação do debate público e a efetiva participação no plano institucional. Também é importante ressaltar que as instituições, sejam elas políticas, sociais ou econômicas, apresentam certa estabilidade e isto dá mais segurança de ação aos membros das elites políticas. Esta estabilidade das instituições pode ser observada na participação que alguns poderes Legislativos tiveram na queda de presidentes da República: Fernando Affonso Collor de Mello no Brasil, em 1992, Carlos Andrés Pérez

na Venezuela, em 1993, Abdalá Bucaram no Equador, em 1997, e Raúl Cubas Grau no Paraguai, em 1999. No caso do Brasil, o longo processo de *impeachment*, ocorrido com Fernando Affonso Collor de Mello, foi um teste para as elites do país, sobretudo para as instituições políticas. De acordo com Messenberg (2002, p. 43), o *impeachment* “(...) tornou-se um marco de consolidação institucional do país e um indicador revelador do grau de maturidade atingido pelos poderes instituídos (...)”.

Algumas casas Legislativas tentaram forçar a renúncia, por meios legais, mas sem êxito, de chefes do poder Executivo: Ernesto Samper na Colômbia, em 1996, e Luis González Macchi no Paraguai, em 2001 e 2002. Alguns presidentes da República tiveram que renunciar: Fernando de la Rúa na Argentina, em 2001, Gonzalo Sánchez de Lozada e Carlos Diego Mesa Gisbert na Bolívia, em 2003 e 2005, Jamil Mahuad e Gustavo Noboa no Equador, em 2000 e 2005, Jorge Antonio Serrano Elías na Guatemala, em 1993, e Valentín Paniagua Corazao no Peru, em 2000¹.

Interessa ressaltar que estas crises não romperam com as regras do jogo democrático e elas foram importantes, pois possibilitaram alguns ajustes no regime. Depois dos duros anos do período ditatorial na América Latina, os membros das elites estão mais experientes e conhecem muito bem as regras do jogo político democrático. Com a maturidade política dos membros das elites, hoje e não há como negar, a democracia latino-americana caminha em direção à estabilidade, pois as principais instituições que compõem este regime passaram por alguns testes políticos e institucionais e não se teme mais a volta dos militares ao poder.

¹ Ver informações em: <http://www.idd-lat.org/Edicion%202007f.htm>.

Apesar dos países latino-americanos cumprirem atualmente os requisitos democráticos, quais são as opiniões dos membros das elites políticas sobre o sistema político em que vivem? Esta é uma das perguntas levantadas por alguns estudiosos interessados em saber as opiniões dos membros das elites políticas sobre os aspectos funcionais do sistema político dos países da América Latina (Molina e Levine, 2007; Felisbino, 2005; Felisbino e Miranda, 2005; Anastasia, Melo e Santos, 2004; Floria, 1997). Esta pergunta é o ponto central deste trabalho.

O objetivo deste trabalho é conhecer as opiniões dos membros das elites parlamentares dos países do Mercosul sobre as instituições, principalmente saber o que eles pensam sobre a democracia e as perguntas centrais são: Como os parlamentares avaliam a democracia? Os partidos políticos e as eleições são importantes para o funcionamento da democracia? Este trabalho procura elucidar, empiricamente, estas perguntas fundamentais para o debate sobre a democracia dos países membros do Mercosul. Este trabalho responde a estas perguntas com base nas opiniões dos parlamentares da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela². É importante ressaltar que em alguns casos o Brasil não estará envolvido na análise com os outros países do Mercosul, pois ainda não há resultados disponíveis para algumas análises. O

² A Venezuela ainda não é membro permanente do Mercosul. Em 04 de julho de 2006, a Venezuela ratificou o protocolo de ingresso no Mercosul. Na XXIX Conferência do Mercosul, que aconteceu em Montevideu em dezembro de 2005, os dirigentes dos Estados membros otorgaram o *status* de 'Estado Associado em Processo de Adesão', isto significa que a Venezuela pode defender as suas idéias, mas ainda não tem o direito a votar. Para tornar um membro permanente, os parlamentares dos países do Mercosul precisam confirmar a adesão da Venezuela. Até o momento, somente os parlamentares do Brasil e Paraguai precisam ratificar o pedido da Venezuela de ser membro permanente do Mercosul, pois os legisladores da Argentina e do Uruguai já ratificaram o pedido. No Brasil, os membros da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados confirmaram a adesão da Venezuela ao Mercosul. Os deputados federais aprovaram, com 44 votos a favor e 17 contra, o Projeto de Decreto Legislativo 387/07, que integra a Venezuela ao Mercosul. Todavia, o pedido de entrada da Venezuela ainda tem que ser votado nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que ainda está em processo de andamento no interior das respectivas casas Legislativas. Devido ao *status* de 'Estado Associado em Processo de Adesão' resolveu-se inserir a Venezuela nas análises das opiniões dos parlamentares do Mercosul, pois se acredita que o pedido de adesão como membro permanente da Venezuela ao Mercosul será aprovado sem problemas nos poderes Legislativos do Brasil e Paraguai.

motivo por escolher os países do Mercosul justifica-se pela ausência de trabalhos no interior da Ciência Política brasileira que tenham com objeto de análise as opiniões dos membros das elites políticas dos países latino-americanos.

Os dados sobre as opiniões foram coletados na ‘Eliteca’ e nos ‘Boletines’ da página web *ÉLITES - OBSERVATORIO DE ÉLITES PARLAMENTARIAS EN AMÉRICA LATINA*, <http://americo.usal.es/oir/elites/>, referente à pesquisa *Élites Parlamentarias Latinoamericanas*, sob coordenação do professor Manuel Alcántara Sáez do *Instituto Interuniversitario de Iberoamérica* da *Universidad de Salamanca* (Espanha) e com apoio financeiro do *Plan Nacional Español de I+D*.

A ‘Eliteca’ reúne, desde 1994, todas as informações das pesquisas desenvolvidas pela equipe de pesquisadores do instituto sobre as elites parlamentares da América Latina. Na ‘Eliteca’, os dados já estão tratados e apresentados em frequência simples e, em alguns casos, estão cruzados com a variável partido político. Os ‘Boletines’ reúnem os resultados das principais variáveis da pesquisa. Eles são publicados quinzenalmente e são editados dois números para cada país: um referente à democracia, às instituições e às relações internacionais e o outro referente a temas que versam sobre a disciplina partidária, os antecedentes familiares, a ideologia e os valores desagregados por partido político. O boletim consultado foi o número 3, intitulado *La democracia en América Latina: aportes y amenazas*. Os resultados da ‘Eliteca’ e dos ‘Boletines’ estão a disposição para que o público interessado possa acessar gratuitamente na página web citadas acima. Também existe a possibilidade de obter, mediante uma solicitação via e-mail, os bancos de dados dos países estudados pela equipe de pesquisadores do instituto.

O *OBSERVATORIO DE ÉLITES PARLAMENTARIAS EN AMÉRICA LATINA* integra o **OIR** - *OBSERVATORIO DE INSTITUCIONES REPRESENTATIVAS*, <http://americo.usal.es/oir/>. Também integra o **OIR** a *LEGISLATINA* - *OBSERVATORIO DEL PODER LEGISLATIVO EN AMÉRICA LATINA*, <http://americo.usal.es/oir/legislatina/>, e o **OPAL** - *OBSERVATORIO DE PARTIDOS POLÍTICOS DE AMÉRICA LATINA*, <http://americo.usal.es/oir/opal/>. O objetivo do **OIR**

(...) es ofrecer análisis y diagnósticos objetivos de realidades políticas complejas para ser compartidos y utilizados por la comunidad científica, los organismos de cooperación y los actores políticos relevantes en el interés de que reviertan en el fomento y consolidación de las democracias latinoamericanas³ (grifo do autor).

O objetivo da pesquisa *Élites Parlamentarias Latinoamericanas* é conhecer as opiniões dos parlamentares latino-americanos sobre a democracia, os partidos políticos, a confiança nas instituições, as produções de políticas públicas e a ideologia. Esta pesquisa é aplicada a cada nova Legislatura e ela é fruto, em grande medida, de um trabalho de campo em que foram realizadas, ao longo dos anos de 1994 até hoje, mais de 5.000 entrevistas com parlamentares de 18 países latino-americanos (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela)⁴. É importante dizer que a elite parlamentar para este grupo de pesquisadores espanhóis é constituída por todos os membros do poder Legislativo; ou seja, se uma casa Legislativa é composta por 513 legisladores, então, eles pertencem à elite parlamentar.

³ Ver citação em: <http://americo.usal.es/oir/oir.htm>.

⁴ Como veremos mais a frente, estes países latino-americanos também integram as pesquisas do *Latinobarómetro* e da *Fundación Konrad Adenauer-Polilat*.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter comparativa, onde a entrevista foi a principal técnica para apreender as opiniões dos parlamentares. Os parlamentares foram classificados em estratos (partidos políticos com representação parlamentar), em seguida foi realizada uma seleção aleatória entre os legisladores pertencentes a cada um dos partidos políticos e não se realizou nenhuma substituição dos parlamentares selecionados. Depois de escolhidos, eles foram entrevistados pessoalmente com um questionário semifechado. É importante ressaltar que até 2004, o Brasil não fazia parte da pesquisa *Élites Parlamentarias Latinoamericanas* por dificuldades com o idioma, mas uma equipe de pesquisadores do Centro de Estudos Legislativos da Universidade Federal de Minas Gerais, coordenada pela professora Maria de Fátima Junho Anastasia, adaptou e aplicou o questionário entre os parlamentares brasileiros.

Com vistas a dar uma contribuição ao debate sobre o sistema político democrático da América Latina, sobretudo dos países pertencentes ao Mercosul, o texto está organizado da seguinte maneira: na primeira parte, discute alguns argumentos da terceira onda de democratização, também é discutida a descrença dos latino-americanos com a democracia, segundo os dados divulgados pelo *Latinobarómetro*, e o baixo desenvolvimento democrático, com base nos dados publicados pela *Fundação Konrad Adenauer-Polilat*, na quarta onda democratizante; na segunda parte, examina as opiniões dos membros das elites parlamentares dos países do Mercosul sobre a democracia e discute se os partidos políticos e as eleições são importantes para este regime; e na última parte, é reservada às considerações finais.

DA TERCEIRA À QUARTA ONDA DEMOCRATIZANTE: A DESCRENÇA E O BAIXO DESENVOLVIMENTO DEMOCRÁTICO NA AMÉRICA LATINA

Desde o início da terceira onda de democratização, 85 regimes deixaram de ser autoritários (Geddes, 2001). Segundo Geddes (2001), dos 85 regimes autoritários, 30 são democracias sobreviventes e apresentam certa estabilidade; nove duraram pouco tempo; oito permanecem instáveis; quatro foram para as mãos dos militares, mas ainda os membros das elites resistem e estão mantendo alguns aspectos do jogo político democrático e 34 voltaram a ser regimes autoritários.

Com o fenômeno da terceira onda de democratização ocorrido ao longo das últimas décadas, os diversos processos de transição democrática não apresentaram uma tendência linear em direção a sua consolidação. Nos vários países latino-americanos, os processos de liberação, transição e consolidação da democracia aconteceram em ritmos diferentes. O Quadro 1 mostra alguns comportamentos, segundo a classificação de Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñán (2001), dos países membros do Mercosul, ao longo do período de 1945 a 1999 e hoje.

Quadro 1
Classificação do regime político dos países membros do Mercosul
1945-1999 e Hoje*

Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela
1945 - A**	1945 - A	1945-1988 - A	1945-1972 - D	1945 - A
1946-1950 - S	1946-1963 - D	1989-1999 - S	1973-1984 - A	1946 - S
1951-1957 - A	1964-1984 - A	Hoje - D	1985-1999 - D	1947 - D
1958-1961 - S	1985-1999 - D		Hoje - D	1948-1957 - A
1962 - A	Hoje - D			1958-1999 - D
1963-1965 - S				Hoje - S
1966-1972 - A				
1973-1974 - D				
1975 - S				
1976-1982 - A				
1983-1999 - D				
Hoje - D				

Fonte: Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñán (2001).

Obs.: * Hoje, classificação realizado pelo autor apoiado em Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñán (2001). ** D = Democrático, S = Semi-democrático e A = Autoritário.

Samuel Phillips Huntington, com o livro *A terceira onda: a democratização no final do século XX*, embora publicado haja algum tempo, mapeou o processo de democratização do final do século XX e analisou os sucessos e as dúvidas do processo de transição democrática que teve início no ano de 1974 em Portugal, com a queda de Marcello José das Neves Alves Caetano. Huntington (1994) chamou esta transição de onda de democratização. Para ele, as ondas de democratização são movimentos simultâneos que ocorrem em um espaço de tempo, conduzindo países não democráticos⁵ para regimes democráticos. Huntington (1994) observou três ondas democratizantes e duas ondas contrárias à democracia, chamadas por ele de ondas reversas:

- Primeira onda de democratização: 1828-1926.
- Primeira onda reversa: 1922-1942.

⁵ Segundo Linz e Stepan (1996), há quatro tipos de regimes não democráticos: a) autoritarismo, b) totalitarismo, c) pós-totalitarismo e d) sultanismo.

- Segunda onda de democratização: 1943-1962.
- Segunda onda reversa: 1958-1975.
- Terceira onda de democratização: 1974-?.

Os países que participaram da primeira onda foram, em geral, monarquias absolutistas, aristocracias feudais e os Estados que se sucederam aos impérios continentais. Já os países que democratizaram na segunda onda eram Estados fascistas, colônias e ditaduras personalistas. Esses países tiveram no passado algumas experiências democráticas, mas por problemas internos e interesses particulares caminharam no sentido dos regimes não democráticos. Os países que seguiram na direção à terceira onda eram, em geral, sistemas de partido político único, regimes militares e ditaduras personalistas.

Para Huntington (1994), um sistema político do século XX é democrático quando nele, os principais atores envolvidos no processo de tomada de decisão são

(...) selecionados através de eleições periódicas, honestas e imparciais em que os candidatos concorram livremente pelos votos e em que virtualmente toda a população adulta tenha direito de voto (...) liberdades políticas e civis de expressão, publicação, reunião e organização, necessárias para o debate político e para a realização de campanhas eleitorais (p. 17).

Samuel Phillips Huntington observou cinco fatores que influenciaram o desenvolvimento da terceira onda de democratização. Estes fatores contribuíram para desestruturar sistemas de partido político único (por exemplo, o caso do México), de regimes militares (Brasil) e de ditaduras personalistas (Portugal). Estes fatores da terceira onda democratizante são:

- Problema da legitimidade dos regimes autoritários. Os regimes autoritários estavam perdendo legitimidade devido aos valores democráticos que dominavam o mundo.

- Crescimento econômico. O crescimento possibilitou desenvolver as condições sócio-econômicas da classe média, deixando-a mais ativa e articulada.
- Mudanças nas doutrinas da Igreja Católica. As mudanças proporcionaram a igreja posicionar-se contra os princípios dos regimes autoritários.
- Mudanças nas estratégias dos atores externos. Um dos atores importante foi os Estados Unidos, que usou uma série de meios, sejam eles políticos, econômicos, diplomáticos, militares, entre outros, para incentivar o processo democratizante.
- Efeito bola-de-neve democratizante. Este efeito encorajou outros países a iniciarem o processo de democratização.

Qualquer que seja o fator que originou a terceira onda, o movimento em direção a democracia “(...) pressupõe competição maior no âmbito da política, pelo reconhecimento do direito de fazer oposição ao governo e, também, maior inclusão, pela extensão da franquia e do direito de ser votado a novos grupos sociais”, diz Cintra (2000, p. 6). Todos estes ingredientes poliárquicos, ressaltado por Cintra (2000), foram aos poucos sendo inseridos pelos membros das elites políticas das novas democracias.

Um dos pontos importantes que Huntington (1994) discute no seu livro é por quanto tempo a terceira onda democratizante suportará ou se haverá uma outra onda, seja ela democratizante ou contrária à democracia. Ele destaca três problemas que podem abalar o processo de estabilidade em direção a consolidação da democracia. O primeiro problema decorre diretamente da mudança de regime político. O segundo são os problemas contextuais. Esses problemas são frutos da natureza da sociedade e pode-se dizer que o desenvolvimento da democracia tem relação direta com a estrutura social, política e econômica que, por sua vez, podem influenciar na estabilidade do regime

democrático. O terceiro problema diz respeito à aplicabilidade dos princípios democráticos.

Acredita-se que hoje estamos vivendo uma quarta onda de democratização, que teve início com a queda do Muro de Berlim, em 1989. Ao longo dos anos 90 várias sociedades latinas assistiram quedas de governos e reelaboração da Constituição Federal. Estes acontecimentos foram importantes porque estabeleceram ou reforçaram os valores democráticos que levariam as sociedades a consolidarem a democracia. Hoje estas sociedades ainda estão em processo de consolidação das suas instituições democráticas, sejam elas sociais, políticas, econômicas, entre outras. Algumas estão mais avançadas, outras caminham lentamente e ainda algumas estão retrocedendo no processo de consolidação.

Com relação ao processo de consolidação da democracia na América Latina, muitos institutos de pesquisa vêm realizando, ao longo da quarta onda democratizante, estudos para saber como anda a democracia na região. A pioneira nos estudos latino-americanos é o *Latinobarómetro*, que desde 1995 mede as opiniões dos cidadãos da América Latina a partir de sua realidade nas esferas econômica, social e política⁶.

No ano de 2007 foram realizadas 20.212 entrevistas de 18 países da região latino-americana: Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Panamá, Costa Rica, Nicarágua, El Salvador, Honduras, Guatemala, México e República Dominicana. Os dados divulgados pelo *Latinobarómetro*, mostram certa descrença dos latino-americanos com a democracia. Porém, há aqueles que estão satisfeitos com o regime em que vivem. Os costa-riquenhos

⁶ Em 1995, os pesquisadores da *Latinobarómetro* estudaram oito países da região latina. No próximo ano, em 1996, estudaram 17 países e, em 2004, passaram a estudar 18 países da América Latina.

e os uruguaios são os latino-americanos que mais estão satisfeitos com este regime político, com 83,0% e 75,0% do total, respectivamente.

Podemos incluir, com algumas ressalvas, no grupo dos satisfeitos os bolivianos, venezuelanos, equatorianos, dominicanos, argentinos, panamenses e os nicaragüenses, respectivamente, com 67,0%, 67,0%, 65,0%, 64,0%, 63,0%, 62,0% e 61,0% do total. Menos da metade dos mexicanos, colombianos, peruanos, chilenos e dos brasileiros entrevistados consideram a democracia o melhor regime para se viver, com 48,0%, 47,0%, 47,0%, 46,0% e 43,0% do total, respectivamente. Estes percentuais indicam que nestes países a democracia não foi bem avaliada por seus cidadãos. A crença com a democracia cai drasticamente com as opiniões dos salvadorenhos, hondurenhos, paraguaios e dos guatemaltecos, o percentual sequer chega a 40,0%. A Tabela 1 exhibe os percentuais dos entrevistados que preferem a democracia a qualquer outro tipo de regime nos anos de 1996, 2001, 2006 e 2007.

Tabela 1
A democracia é preferível a qualquer outro tipo de regime
Países da América Latina
1996, 2001, 2006 e 2007

País	Ano				Diferença entre 2006 e 2007
	1996	2001	2006	2007	
Costa Rica	80	71	75	83	8
Uruguai	80	79	77	75	- 2
Bolívia	64	54	62	67	5
Venezuela	62	57	70	67	- 3
Equador	52	40	54	65	11
República Dominicana	-*	-	71	64	- 7
Argentina	71	58	74	63	- 11
Panamá	75	34	55	62	7
Nicarágua	59	43	56	61	5
México	53	46	54	48	- 6
Colômbia	60	36	53	47	- 6
Peru	63	62	55	47	- 8
Chile	54	45	56	46	- 10
Brasil	50	30	46	43	- 3
El Salvador	56	25	51	38	- 13
Honduras	42	57	51	38	- 13
Paraguai	59	35	41	33	- 8
Guatemala	50	33	41	32	- 9

Fonte: <http://www.latinobarometro.org/>.

Obs.: Sinal para indicar sem informação.

Observa-se que os dados apresentados revelem certa descrença dos latino-americanos com a democracia. Uma outra instituição que vem realizando pesquisas na região é a *Fundação Konrad Adenauer*, em parceria com a empresa de consultoria *Polilat*, também, em alguns casos, vem a reforçar os dados da tabela acima, pois são poucos os países da região que caminham para o alto desenvolvimento democrático e a maioria dos países analisados apresenta um baixo desenvolvimento da democracia.

Os pesquisadores vinculados à *Fundação Konrad Adenauer-Polilat* elaboraram o Índice de Desenvolvimento Democrático da América Latina, o IDD-Lat, e desde 2002 vêm medindo o desenvolvimento da democracia na região latina. O objetivo do IDD-Lat é destacar “(...) *los logros y virtudes del proceso de avance hacia una mayor*

*evolución democrática de las instituciones y sociedades de América Latina (...)*⁷. Este índice é composto por quatro dimensões que medem o desenvolvimento da democracia na região latino-americana. As dimensões do IDD-Lat são:

- Dimensão I: condições básicas da democracia. Inclusão dos 18 países analisados, que são os mesmos estudados pelos pesquisadores do *Instituto Interuniversitario de Iberoamérica* e do *Latinobarómetro*.
- Dimensão II: respeito aos direitos políticos e as liberdades civis. Inclui os seguintes indicadores: o voto de adesão política, o Índice de Direitos Políticos, o Índice de Liberdades Civis, a presença da mulher na estrutura de poder, o Índice de Condicionamento de Liberdades e Direitos por Insegurança.
- Dimensão III: qualidade institucional e eficácia política. Inclui os seguintes indicadores: o Índice de Percepção da Corrupção, a participação dos partidos políticos no poder Legislativo, o Índice de *Accountability* e o Índice Desestabilização e Crise de Governo.
- Dimensão IV: exercício do poder para governar. Esta dimensão está composta por duas subdimensões. • Subdimensão I: capacidade para criar políticas que assegurem o bem-estar. Inclui os seguintes indicadores: políticas públicas em saúde, Índice de Desemprego, moradias que estejam abaixo da linha de pobreza e políticas públicas em educação. • Subdimensão II: capacidade para criar políticas que assegurem a eficácia econômica. Inclui os seguintes indicadores: Índice de Liberdade Econômica, PBI per capita, Ingresso (relação de ingresso quartil menor e maior), Endividamento (porcentagem da dívida sobre o PBI) e Inversão Econômica (inversão bruta fixa sem o PBI).

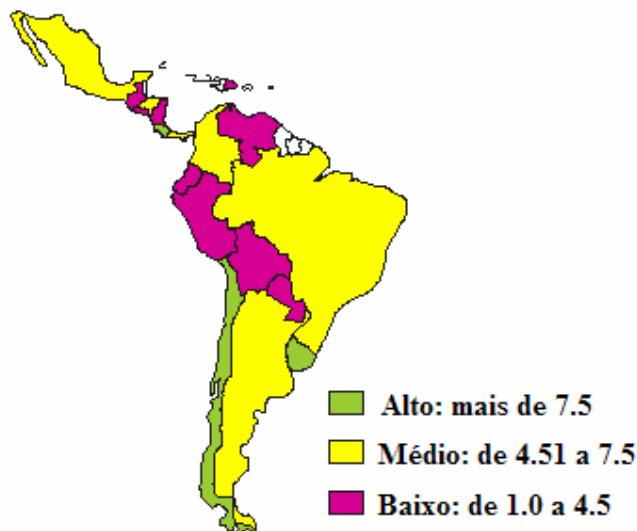
⁷ Ver citação em: <http://www.idd-lat.org/Web%20IDD-Lat2006/Que%20es%20el%20idd%20lat.htm>.

No relatório de 2007, os pesquisadores da *Fundação Konrad Adenauer-Polilat* ressaltam que o Chile, Costa Rica e o Uruguai são os únicos países que alcançaram o alto de desenvolvimento democrático, isto significa que estes países caminham para consolidação do regime. De acordo com os pesquisadores da *Fundação Konrad Adenauer-Polilat*, os países do alto desenvolvimento democrático “(...) *son países que no han caído en los últimos años en crisis político-institucionales*”⁸. O México, Argentina, Panamá e o El Salvador obtiveram o médio desenvolvimento. A maioria dos países latino-americanos analisados estaria se afastando do desenvolvimento democrático, pois apresenta um baixo desempenho e os países do baixo desenvolvimento são: o Paraguai, Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Nicarágua, Honduras, Guatemala e a República Dominicana.

De um modo geral, os dados divulgados, em 2007, pela *Fundação Konrad Adenauer-Polilat* mostram que em alguns países da América Latina a democracia melhorou, para outros, ela não melhorou e nem piorou e em outros países a democracia está com problemas. O mapa abaixo exhibe estas informações.

⁸ Ver citação em: <http://www.idd-lat.org/Edicion%202007d.htm>.

Figura 1
Desenvolvimento da democracia nas Américas
América Latina, 2007



Fonte: <http://www.idd-lat.org/Edicion%202007d.htm>.

É importante ressaltar que o IDD-Lat do Chile está na contramão das opiniões dos cidadãos chilenos, pois, em 2007, apenas 46,0% acreditavam na democracia. O mesmo acontece com o El Salvador, pois o IDD-Lat obtido o colocou entre os países que apresentam um médio desempenho democrático, enquanto que, em 2007, o percentual dos que preferem a democracia a qualquer outro tipo de regime político sequer chega a 40,0%; ou seja, os salvadorenhos são descrentes com a democracia, mas o país apresenta um médio desenvolvimento democrático, devido a alguns indicadores secundários. Para os casos da Costa Rica e do Uruguai, o IDD-Lat corrobora com as percepções dos cidadãos dos respectivos países, pois nestes países foi identificado um alto desenvolvimento democrático e ao mesmo tempo, os cidadãos avaliaram bem este regime.

Acredita-se que as disparidades das conclusões que estas duas instituições apresentam sobre a democracia na América Latina estão na origem das informações obtidas e nos objetivos pretendidos por cada uma delas. Ao contrário do Latinobarómetro, a avaliação da democracia realizada pelos pesquisadores da *Fundação Konrad Adenauer-Polilat* é feita usando dados secundários obtidos por outras instituições e, às vezes, estes dados levantados podem apresentar informações que destoam da realidade do país, quando comparado com outros.

AS OPINIÕES DOS MEMBROS DAS ELITES PARLAMENTARES

Nos últimos anos, o processo de consolidação da democracia latino-americana tem sido um tema que vem sendo estudado por pesquisadores das Ciências Sociais, sobretudo da Ciência Política. Este interesse pode ser explicado pela importância que tal regime representa na história política da América Latina, marcada por longas violências decorrentes dos governos militares. Dentre as várias pesquisas desenvolvidas, pode-se destacar o interesse pela análise das opiniões dos cidadãos sobre a funcionabilidade do regime democrático e pela análise das instituições que compõem este regime, sobretudo dos partidos políticos e dos poderes constitucionais da República (Executivo, Legislativo e Judiciário).

A maioria das pesquisas concentra-se nas opiniões dos cidadãos e não se conhece o que os membros das elites políticas, sobretudo as parlamentares, pensam sobre o sistema político democrático. Com a carência de estudos sobre o tema, os pesquisadores do *Instituto Interuniversitario de Iberoamérica* iniciaram um levantamento, desde 1994, das opiniões dos parlamentares latino-americanos sobre o

sistema político dos seus respectivos países, principalmente sobre a democracia, os partidos políticos, a confiança nas instituições, a produção de políticas públicas e a ideologia.

Como foi ressaltado na Introdução deste trabalho, o objetivo é apresentar e discutir as opiniões dos membros das elites parlamentares dos países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela) sobre a democracia. Em algumas análises o Brasil não estará incluído, pois ainda os dados não estão disponíveis. O que se busca é saber como os parlamentares membros do Mercosul avaliam a democracia. Os resultados das opiniões foram obtidos na 'Eliteca' e nos 'Boletines', que se encontram na página web **ÉLITES - OBSERVATORIO DE ÉLITES PARLAMENTARIAS EN AMÉRICA LATINA**, <http://americo.usal.es/oir/elites/>. Para analisar as opiniões dos membros das elites parlamentares dos países do Mercosul foi adotada a seguinte estratégia: primeiro será apresentado a pergunta do questionário da pesquisa *Élites Parlamentarias Latinoamericanas* e em seguida serão exibidos os resultados com a discussão dos mesmos.

ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DAS AMOSTRAS DOS PAÍSES EM ESTUDO

Antes de se dar início à discussão das opiniões dos parlamentares sobre o sistema democrático, julga-se necessário apresentar algumas características das amostras dos países aqui estudados. A Tabela 2 exhibe estas características, principalmente o período Legislativo, o total de parlamentares, o número de entrevistas realizadas, o percentual sobre o total dos membros do poder Legislativo e o período em que foram realizadas as entrevistas. O Quadro 2 mostra a instituição Legislativa onde

foram aplicados os questionários e a distribuição partidária, segundo o número de entrevistas realizadas.

Tabela 2
Características das amostras dos países em estudo
Países membros do Mercosul, 2000-2001 e 2003-2005

País	Período Legislativo	Total de parlamentares	Entrevistas realizadas	% sobre o total dos legisladores	Trabalho de campo
AR*	2003-2007	257	105	40,8	abr-jun/2004
BR	2003-2007	513	134	26,1	jun-dez/2005
PA	2003-2008	80	56	70,0	ago-set/2003
UR	2005-2010	99	68	68,7	mar-jul/2001
VE	2000-2005	165	100	60,6	out-nov/2000

Fonte: <http://americo.usal.es/oir/elites/>.

Obs.: * AR = Argentina, BR = Brasil, PA = Paraguai, UR = Uruguai e VE = Venezuela.

Quadro 2
Instituição Legislativa e distribuição partidária
Países membros do Mercosul, 2000-2001 e 2003-2005

País	Instituição Legislativa	Distribuição partidária
AR*	<i>Cámara de Diputados</i>	PJ (51 casos), UCR (24), ARI (6), PS (2) e outros partidos (22)
BR	Câmara dos Deputados	PT (23 casos), PMDB (20), PFL (16), PP (14), PTB (14), PSDB (12), PL (12), PPB (6), PSB (6), PDT (3), PC do B (2), PSC (2), PV (2) e outros partidos (2)
PA	<i>Cámara de Diputados</i>	ANR (23 casos), PLRA (16), UNACE (7), MPQ (8) e PPS (2)
UR	<i>Cámara de Representantes</i>	<i>Frente Amplio</i> (30 casos), Partido Colorado (21), Partido Nacional (14) e <i>Nuevo Espacio</i> (3)
VE	<i>Asamblea Nacional</i>	MVR (47 casos), AD (16), MAS (12), COPEI (6), PRVZL (4) e outros partidos (15)

Fonte: <http://americo.usal.es/oir/elites/>.

Obs.: * AR = Argentina, BR = Brasil, PA = Paraguai, UR = Uruguai e VE = Venezuela.

AS OPINIÕES DOS MEMBROS DAS ELITES PARLAMENTARES

A DEMOCRACIA DOS PAÍSES DO MERCOSUL

Observou-se que os pesquisadores do *Latinobarómetro* e da *Fundação Konrad Adenauer-Polilat*, ao analisarem as opiniões dos cidadãos ou os dados secundários, têm interesse em saber se a democracia na região latina apresenta alguma estabilidade. Este mesmo interesse também é observado nas pesquisas desenvolvidas pelos estudiosos do *Instituto Interuniversitario de Iberoamérica*. O questionário da pesquisa *Élites Parlamentarias Latinoamericanas* é composto por 81 perguntas semifechadas e as cinco primeiras questões são sobre a democracia. A primeira procura saber se este regime político está estável no país em estudo: “*Para comenzar, hablemos de la estabilidad de la democracia en su país. En su opinión, ¿la democracia en su país es hoy: muy estable, bastante estable, poco estable o nada estable?*”

Esta pergunta trabalha com as categorias “*muy estable*” e “*bastante estable*”, e seria interessante fazer uma distinção entre Muito e Bastante, pois pode provocar dúvidas no momento da leitura dos resultados. A diferença entre as duas categorias está na intensidade aferida de cada palavra. Segundo o Dicionário Eletrônico de Língua Portuguesa Houaiss, a palavra Muito (advérbio) significa “exageradamente”, “excessivamente”, ou, ainda, “abundantemente”; enquanto a palavra Bastante (advérbio) expressa “quantidade suficiente”, “satisfatoriamente”, ou, ainda, “muito de maneira acima da média”. Diante desta diferenciação constatada no dicionário, a categoria Muito agrega mais intensidade de aferição que a categoria Bastante. A Tabela

3 apresenta o percentual das opiniões dos parlamentares sobre a estabilidade da democracia.

Tabela 3
Estabilidade da democracia
Países membros do Mercosul, 2000-2001 e 2003-2005

Estabilidade	País				
	AR*	BR	PA	UR	VE
Muito estável	36,3	63,4	1,6	66,4	17,8
Bastante estável	58,9	29,9	65,5	31,4	45,3
Pouco estável	4,8	3,7	27,5	2,2	26,3
Nada estável	-	2,2	5,4	-	3,9
NS/NR**	-	0,8	-	-	6,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: <http://americo.usal.es/oir/elites/>.

Obs.: * AR = Argentina, BR = Brasil, PA = Paraguai, UR = Uruguai e VE = Venezuela. ** Não sabe/Não respondeu.

Observa-se na Tabela 3 que a maioria dos parlamentares pensa que a democracia em seu país está Muito ou Bastante estável; ou seja, os parlamentares dos países do Mercosul estão otimistas em avaliar o regime democrático e isto fica evidente no alto percentual das categorias Muito e Bastante estável. Em alguns países, por exemplo, no Uruguai, 66,4% dos legisladores entrevistados declararam que a democracia no seu país está Muito estável. No Brasil, 63,4% dos parlamentares confessaram que o regime democrático do seu país está Muito estável. No Paraguai e na Argentina, a democracia está Bastante estável, com 65,5% e 58,9% do total, respectivamente. O mesmo não ocorre na Venezuela, pois os percentuais das categorias Muito e Bastante estável sequer chegam a 50,0%, com, respectivamente, 17,8% e 45,3% do total. É importante ressaltar que entre os parlamentares paraguaios e venezuelanos, o percentual da variável Pouco

estável é alto, com, respectivamente, 27,5% e 26,3% do total, indicando que há problemas na estabilidade da democracia.

O grau de estabilidade democrática dos países membros do Mercosul pode ser identificado com a soma das categorias Muito e Bastante estável: quanto mais próximo de 100,0% mais estável é o regime democrático. Uruguai, Argentina e Brasil são os países onde a democracia está mais estável, com, respectivamente, 97,8%, 95,2% e 93,3%. Paraguai e Venezuela são os países que apresentam dificuldades com a estabilidade democrática, com 67,1% e 63,1%, respectivamente. Estes percentuais obtidos pelo Paraguai e pela Venezuela podem estar relacionados com os problemas sociais, econômicos, políticos e, sobretudo, com a corrupção que permeia toda a estrutura do Estado. Tais problemas constituem em ameaças ao regime democrático.

Para saber se os problemas sociais, econômicos e políticos influenciam na avaliação da estabilidade do regime democrático, os pesquisadores do instituto perguntaram: *“En la actualidad, hay una serie de temas que pueden representar una amenaza o un riesgo para la consolidación para la democracia en su país. De los siguientes temas que le voy a nombrar, ¿hasta qué punto: mucho, bastante, poco o nada cree Ud. que resultan hoy una amenaza para la democracia en su país? 1) las relaciones entre la Fuerzas Armadas y el gobierno, 2) la crisis económica, 3) el terrorismo y la violencia política, 4) el mal funcionamiento del poder judicial, 5) el narcotráfico, 6) la deuda externa, 7) la inseguridad ciudadana (la delincuencia, los asaltos y robos), 8) los conflictos laborales (huelgas, paros), 9) la pobreza y marginación, 10) el desinterés de la gente por la política y 11) las relaciones entre el poder Legislativo y el Ejecutivo”*⁹.

⁹ Pergunta P. 5 do questionário da pesquisa *Élites Parlamentarias Latinoamericanas*.

Todos estes temas foram agrupados em três problemas que poderiam afetar a funcionabilidade da democracia. No primeiro problema, o social, estão os temas: “5) *el narcotráfico*, 7) *la inseguridad ciudadana (la delincuencia, los asaltos y robos)*, 8) *los conflictos laborales (huelgas, paros)*” e “9) *la pobreza y marginación*”. Já no segundo problema, o econômico, foram agrupados os seguintes temas: “2) *la crisis económica*” e “6) *la deuda externa*”. Por último, no terceiro problema, o político, foram incluídos os temas: “1) *las relaciones entre la Fuerzas Armadas y el gobierno*, 3) *el terrorismo y la violencia política*, 4) *el mal funcionamiento del poder judicial*, 10) *el desinterés de la gente por la política*” e “11) *las relaciones entre el poder Legislativo y el Ejecutivo*”. A Tabela 4 mostra o percentual das opiniões dos parlamentares sobre as principais ameaças que poderiam desestabilizar o regime democrático.

Tabela 4
Problemas que podem ameaçar a democracia
Países membros do Mercosul, 2000-2001 e 2003-2004

País	Problemas		
	Sociais	Econômicos	Políticos
AR*	54,9	68,0	12,9
PA	82,1	91,1	17,9
UR	29,1	32,6	7,0
VE	70,0	60,6	25,0

Fonte: <http://americo.usal.es/oir/elites/>.

Obs.: * AR = Argentina, PA = Paraguai, UR = Uruguai e VE = Venezuela.
 Ainda não há dados disponíveis para o Brasil.

O que se percebe na Tabela 4 é que para todos os parlamentares os problemas sociais e econômicos são as principais ameaças que mais poderiam afetar a estabilidade da democracia. Convém registrar, que em todos os países, os problemas sociais e econômicos estão interligados; por exemplo, de acordo com as opiniões dos legisladores paraguaios e venezuelanos, os problemas sociais e econômicos expõem esta

interligação, com 82,1%-91,1% e 70,0%-60,6%. Quanto aos problemas políticos, para alguns parlamentares eles não representam grandes ameaças ao regime democrático; por exemplo, para os parlamentares do Uruguai e da Argentina, os problemas políticos representam 7,0% e 12,9% do total, respectivamente. Já para os parlamentares venezuelanos e paraguaios, os problemas políticos podem ameaçar a estabilidade democrática, com 25,0% e 17,9%.

Os dados desta tabela podem dar indicativo de que os problemas sociais e econômicos podem ter influenciado as opiniões dos legisladores paraguaios e venezuelanos ao afirmarem que a democracia não está Muito estável. No caso do Paraguai isto fica mais evidente, pois 82,1% dos parlamentares confessaram que os problemas sociais ameaçam a estabilidade da democracia, enquanto que 91,1% dos entrevistados deste país afirmaram que os problemas econômicos também representam grandes ameaças ao regime democrático.

Vale ressaltar que os dados referentes aos problemas econômicos podem sustentar o argumento de alguns estudiosos que defendem que a democracia é mais viável em países onde o desenvolvimento econômico é mais acentuado (Geddes, 2001). De acordo com Geddes (2001, p. 226), “(...) após os vinte anos de observação e análise da terceira onda de interesse acadêmico pela democratização, podemos ter razoável certeza de que existe uma relação positiva entre desenvolvimento e democracia (...)” (grifo do autor). Isto significa dizer que: se as condições econômicas estão ruins, a democracia não vai ser avaliada satisfatoriamente.

A estabilidade da democracia expressa na Tabela 3 não nos diz nada a respeito de quão intensamente os parlamentares entrevistados aderem ao regime democrático. Quando se analisa a democracia de alguns países da América Latina, o que se busca

saber é se ainda existe o desejo de voltar aos tempos dos militares no poder, pois pesquisas do *Latinobarómetro* já mostraram que os cidadãos latino-americanos estariam dispostos a aceitar um regime autoritário se esse resolvesse os problemas que afligem o dia-a-dia. Por exemplo, os dados divulgados pelo *Latinobarómetro* sobre a adesão dos cidadãos brasileiros e paraguaios à democracia são baixos. Nos anos de 1996, 2001, 2006 e 2007, o percentual de brasileiros que preferiam a democracia a qualquer outra forma de regime político nunca ultrapassou os 50,0%, respectivamente, com 50,0%, 30,0%, 46,0% e 43,0% do total. Dos 18 países latino-americanos analisados pelos pesquisadores do *Latinobarómetro*, apenas 33,0% dos cidadãos paraguaios, em 2007, preferiam a democracia a qualquer outro tipo de regime. Os paraguaios só perdem para os guatemaltecos, onde este percentual é de 32,0%.

Interessados em saber se os membros das elites parlamentares teriam a mesma opinião dos cidadãos, os pesquisadores do instituto perguntaram: “¿Con cuál de las dos siguientes frases está Ud. más de acuerdo? 1) *La democracia es preferible a cualquier otra forma de gobierno* o 2) *En contextos de crisis económica e inestabilidad política, un gobierno autoritario puede ser preferible a uno democrático*”¹⁰. A Tabela 5 apresenta o percentual das opiniões dos parlamentares sobre a democracia como regime preferido.

¹⁰ Pergunta P.3 do questionário *Élites Parlamentarias Latinoamericanas*.

Tabela 5
Adesão à democracia
Países membros do Mercosul, 2000-2001 e 2003-2005

Democracia como regime preferido	País				
	AR*	BR	PA	UR	VE
Frase 1**	99,0	97,8	98,2	98,9	90,1
Frase 2***	1,0	1,5	-	-	7,0
NS/NR****	*****	0,7	1,8	1,1	2,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: <http://americo.usal.es/oir/elites/>.

Obs.: * AR = Argentina, BR = Brasil, PA = Paraguai, UR = Uruguai e VE = Venezuela. ** A democracia é preferível a qualquer outro tipo de regime político. *** Em contextos de crises econômicas e instabilidade política, um governo autoritário pode ser preferível a um democrático. **** Não sabe/ Não respondeu. ***** Sinal para indicar N e porcentagem igual a zero.

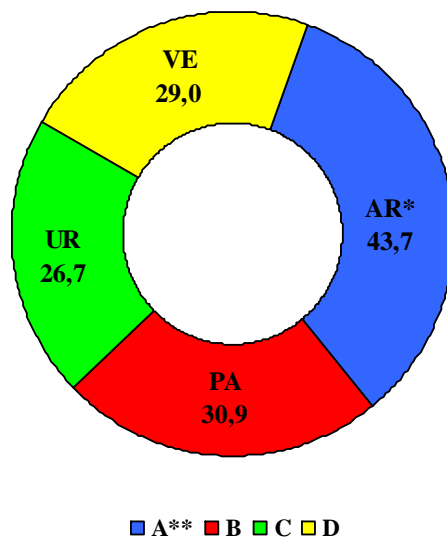
Observa-se nesta tabela que a grande maioria dos parlamentares pensa que a democracia é preferível a qualquer outro tipo de regime político, este percentual não é menor que 90,0%. Isto significa, segundo os dados expostos na tabela acima, que a volta aos anos de chumbo está longe de acontecer. Este sentimento é forte entre os membros da elite parlamentar argentina; ou seja, 99,0% dos entrevistados aderem à democracia. Os dados apresentados também informam que alguns legisladores pensam que em momentos de crises econômicas e de instabilidade política do regime, um governo autoritário pode ser preferível a um democrático. Esta é a postura de alguns parlamentares da Venezuela (7,0%), do Brasil (1,5%) e da Argentina (1,0%). Embora os dados informem isto, eles não fornecem elementos suficientes para afirmarmos que alguns parlamentares dos países pertencentes ao Mercosul preferem, em determinados momentos, um governo autoritário. O curioso dos dados apresentados foi saber que nenhum parlamentar do Paraguai, mesmo que 27,5% confessaram que democracia está

Pouco estável (Tabela 3), preferem um governo autoritário em momentos de crises econômicas e de instabilidade política.

Vimos até o momento, que os parlamentares dos países membros do Mercosul avaliam positivamente a democracia. Acredita-se que esta avaliação pode estar relacionada a alguns mecanismos que possam consolidar este regime. Os pesquisadores do instituto também quiseram saber quais são estes mecanismos e eles perguntaram: *“De las siguientes características, ¿cuál es en su opinión la más relevante para la consolidación de la democracia en su país? 1) el control civil de las Fuerzas Armadas, 2) el consenso sobre la Constitución y las instituciones básicas, 3) la descentralización y democratización regional, 4) la moderación de los partidos extremos de izquierda y derecha, 5) los procesos electorales limpios y libres, 6) una corte de constitucionalidad independiente que controle la constitucionalidad de las leyes, 7) los acuerdos económicos entre gobiernos, sindicatos y empresarios y 8) los valores democráticos de la ciudadanía”*¹¹. O Gráfico 1 mostra o percentual das opiniões dos parlamentares sobre as principais características para consolidar a democracia.

¹¹ Pergunta P.4 do questionário da pesquisa *Élites Parlamentarias Latinoamericanas*.

Gráfico 1
Características para consolidar a democracia
Países membros do Mercosul, 2000-2001 e 2003-2004



Fonte: <http://americo.usal.es/oir/elites/>.

Obs.: * AR = Argentina, PA = Paraguai, UR = Uruguai e VE = Venezuela. Ainda não há dados disponíveis para o Brasil. ** A = Consenso sobre a Constituição e as instituições básicas, B = Corte Suprema de Justiça independente, C = Descentralização e democratização regional, D = Valores democráticos da cidadania.

Depreende-se deste gráfico que cada grupo de legisladores dos países do Mercosul identifica uma principal característica para consolidar a democracia, pois para eles estas características são essenciais para o bom funcionamento do regime democrático. Os parlamentares da Argentina são os que mais acreditam no consenso sobre a Constituição Federal e as instituições básicas, com 43,7% do total. Os legisladores paraguaios, com 30,9% do total, são os do bloco do Mercosul que acreditam na necessidade de uma Corte Suprema de Justiça independente para consolidar o regime democrático. Os parlamentares da Venezuela consideram que para alcançar a consolidação da democracia é necessário um processo de descentralização e democratização regional, com 29,0% do total. Já os legisladores uruguaios, com 26,7%

do total, crêem nos valores democráticos como a principal característica para consolidar a democracia.

No geral, as opiniões dos parlamentares membros do Mercosul indicam certa estabilidade da democracia nos países em análises. Também a democracia é preferível a qualquer outro tipo de regime político e os maiores problemas que ameaçam a consolidação democrática são de natureza social e econômica.

A IMPORTÂNCIA DOS PARTIDOS POLÍTICOS E DAS ELEIÇÕES PARA A DEMOCRACIA

Os pesquisadores do *Instituto Interuniversitario de Iberoamérica* também tiveram o interesse de saber se os parlamentares do Mercosul reconhecem a importância dos partidos políticos e das eleições em um regime democrático. Estas duas instituições são cruciais para o bom funcionamento da democracia; por exemplo, as siglas partidárias são as instituições que melhor desempenham as principais funções no regime democrático. Em resumo, os partidos políticos são mecanismos de expressão e representação, ao mesmo tempo cumprem com as funções de governar.

Mesmo que os partidos políticos sejam importantes para a democracia, alguns estudiosos defendem a idéia de que eles estariam vivendo uma crise de representação política; ou seja, as legendas partidárias não estão cumprindo com o seu verdadeiro papel de representar (Baquero, 2000). Um dos problemas seria a incapacidade dos partidos políticos de agirem como mediadores entre a sociedade e o Estado por estarem cada vez mais interessados na defesa dos seus interesses particulares. Esta distância entre os interesses dos dirigentes partidários e as necessidades dos cidadãos criaria um sentimento de desconfiança entre os cidadãos em relação ao Estado e as suas

instituições. A avaliação negativa que afeta os partidos políticos deixa os parlamentares e até mesmo os cidadãos sem referência partidária que, por sua vez, pode fortalecer as relações individuais entre o político e o cidadão. Esta relação pode criar lideranças suprapartidárias e enfraquecer ainda mais as siglas partidárias e deixar os legisladores permanentemente numa situação de descrédito.

Dos países do Mercosul, acredita-se que atualmente a Venezuela vem passando por esta crise partidária, pois a política adotada pelo governo de Hugo Chávez deixa os partidos políticos em xeque-mate; ou seja, o objetivo é desestruturar as siglas partidárias que fazem oposição ao governo socialista bolivariano. Após eleito, em dezembro de 1998, presidente da República da Venezuela, Hugo Chávez procurou, segundo Amorim Neto (2006), desestruturar as duas principais legendas partidárias do país, a *Acción Democrática* (AD) e o *Comité de Organización Electoral Independiente* (COPEI), e eliminou o arranjo constitucional instituído pelo *Pacto de Punto Fijo*¹². O abafamento partidário promovido pelos chavistas pode ser observado na análise que Anastasia, Melo e Santos (2004) realizaram da atual Constituição Federal venezuelana, onde as palavras ‘partido político’ foram suprimidas do vocabulário constitucional e substituídas por ‘associação para fins políticos’.

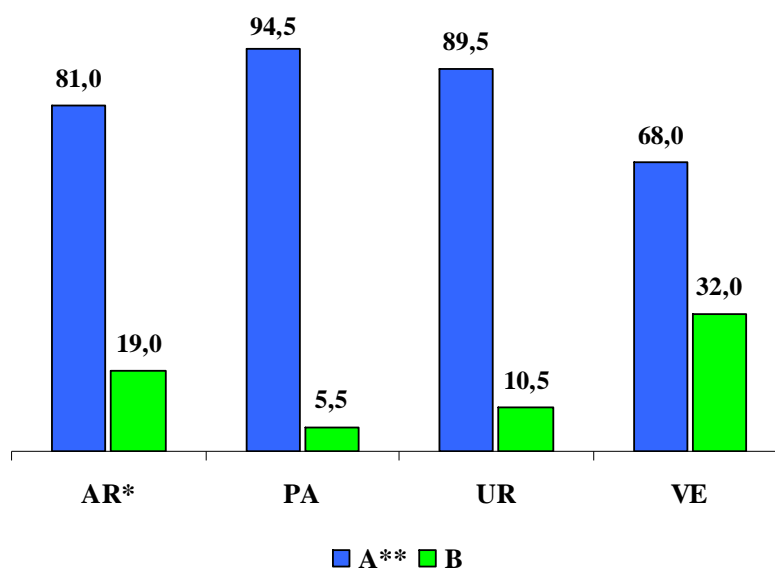
Diante desta crise de identidade dos partidos políticos latino-americanos, os pesquisadores do *Instituto Interuniversitario de Iberoamérica* quiseram saber se os parlamentares estavam de acordo com a seguinte afirmação: “*Hay gente que dice que sin partidos no puede haber democracia. ¿Hasta qué punto: mucho, bastante, poco o*

¹² *Punto Fijo* é uma cidade venezuelana e é a capital do município de Carirubana, no Estado de Falcón. A cidade de *Punto Fijo* fica situada na costa sudoeste da península de Paraguaná, a noroeste da capital Caracas. Foi nessa cidade que os principais membros da elite política fizeram o *Pacto de Punto Fijo*. Esse pacto dizia que os atores políticos se “(...) comprometeriam a respeitar o resultado da eleição fosse qual fosse o vencedor, a estabelecer consultas inter-partidárias em questões delicadas e a partilhar cargos e responsabilidade política” (Amorim Neto, 2002, p. 254). Esse pacto perdurou ao longo dos anos de 1958 a 1999.

nada, está Ud. de acuerdo con esta afirmación? 1) muy de acuerdo, 2) bastante de acuerdo, 3) poco de acuerdo, 4) nada de acuerdo, 5) N.S. y 6) N.C.”¹³ (grifo do autor).

O Gráfico 2 exhibe o percentual das opiniões dos parlamentares sobre a importância dos partidos políticos para a democracia.

Gráfico 2
A importância dos partidos políticos para a democracia
Países membros do Mercosul, 2000-2001 e 2003-2004



Fonte: <http://americo.usal.es/oir/elites/>.

Obs.: * AR = Argentina, PA = Paraguai, UR = Uruguai e VE = Venezuela. Ainda não há dados disponíveis para o Brasil. ** A = Muito + Bastante, B = Pouco + Nada.

Depreende-se deste gráfico que a grande maioria dos legisladores está Muito ou Bastante de acordo com a afirmação de que sem partidos políticos não pode existir democracia. Quanto a isto, os paraguaios, uruguaios e os argentinos são os parlamentares que mais concordam com a afirmação supracitada, com 94,5%, 89,5% e 81,0% do total, respectivamente. O baixo percentual da Venezuela, quando comparado

¹³ Pergunta P.6 do questionário da pesquisa *Élites Parlamentarias Latinoamericanas*. N.S. = não sabe e N.C. = não respondeu.

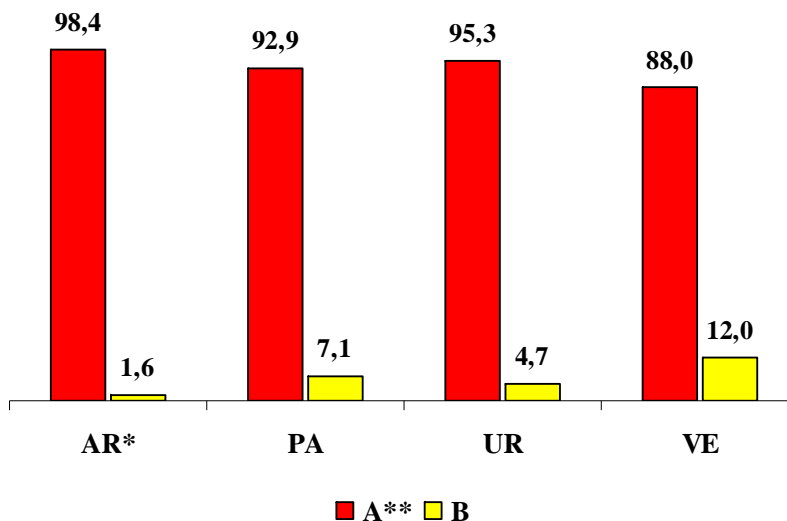
com os demais países, representa, como foi ressaltado, um reflexo da atuação do governo de Hugo Chávez para desestruturar e desqualificar os partidos políticos ante os cidadãos venezuelanos. Embora isto esteja acontecendo na Venezuela, de acordo com Sáez e Freidenberg (2002, p. 150), os partidos políticos “(...) continuam sendo os atores principais na estruturação da dinâmica política latino-americana, apesar de certas exceções de sistemas pontuais e do papel que cada vez mais têm os meios de comunicação de massa e alguns novos movimentos sociais”.

Para Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñán (2001), a eleição é uma das quatro propriedades fundamentais da democracia; ou seja, é um instrumento institucional básico e essencial de qualquer regime dito democrático¹⁴. Quanto à importância das eleições para a democracia, os pesquisadores perguntaram: “*En un contexto de pluralismo y amplia competencia partidista, ¿hasta qué punto, mucho, bastante, poco o nada, está Ud. de acuerdo con la afirmación de que las elecciones son siempre el mejor medio para expresar unas determinadas preferencias políticas? 1) muy de acuerdo, 2) bastante de acuerdo, 3) poco de acuerdo, 4) nada de acuerdo, 5) N.S. y 6) N.C.*”¹⁵ (grifo do autor). O Gráfico 4 apresenta o percentual das opiniões dos parlamentares sobre a importância das eleições para a democracia.

¹⁴ Para Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñán (2001), as quatro propriedades fundamentais da democracia são: 1) eleições competitivas, periódicas e limpas, 2) população adulta com direito ao voto, 3) proteção aos direitos políticos e às liberdades civis e 4) governar sem a influência de outros atores.

¹⁵ Pergunta P.8 do questionário da pesquisa *Élites Parlamentarias Latinoamericanas*.

Gráfico 3
A importância das eleições para a democracia
Países membros do Mercosul, 2000-2001 e 2003-2004



Fonte: <http://americo.usal.es/oir/elites/>.

Obs.: * AR = Argentina, PA = Paraguai, UR = Uruguai e VE = Venezuela. Ainda não há dados disponíveis para o Brasil. ** A = Muito + Bastante, B = Pouco + Nada.

Constata-se que a grande maioria dos parlamentares do Mercosul acredita na importância das eleições para a democracia; ou seja, mais de 90,0% dos legisladores estão Muito ou Bastante de acordo com a afirmação supracitada. Os argentinos, uruguaios e os paraguaios são os parlamentares que mais acreditam na importância das eleições no regime democrático com 98,4%, 95,3% e 92,9% do total, respectivamente. Dos 100 parlamentares venezuelanos entrevistados, 88,0% crêem na importância das eleições para a democracia. Acredita-se que a eleição na Venezuela é importantíssima, pois este instrumento institucional é necessário para legitimar o regime político criado por Hugo Chávez.

No geral, percebe-se que os partidos políticos e as eleições, principalmente as competitivas, periódicas e livres, são importantes e contam na vida política dos países do Mercosul. As opiniões dos membros das elites parlamentares de que “(...) *sin partidos no puede haber democracia*” e de que “(...) *las elecciones son siempre el mejor medio para expresar unas determinadas preferencias políticas*” mostram a importância que os partidos políticos e as eleições têm no interior das sociedades latino-americanas de estruturarem as vontades e as decisões políticas. Em outras palavras, estas instituições são e sempre foram instrumentos básicos do jogo político e elas são necessárias para consolidar uma ordem democrática.

AS CONSIDERAÇÕES FINAIS

América Latina es hoy mucho más democrática que hace treinta años (2007, p. 2). Flavia Freidenberg, Em *Análisis de las elecciones en América Latina*.

O que se pode concluir a partir do exame das opiniões dos parlamentares sobre o sistema democrático? Os resultados e as discussões empreendidas ao longo deste trabalho mostram que a maioria dos parlamentares dos países do Mercosul acredita que a democracia está estável e que a principal característica para manter e consolidar o regime democrático é respeitar as regras do jogo democrático e as instituições políticas, sobretudo os partidos políticos e as eleições. Os resultados apresentados ainda indicam que os problemas sociais e econômicos são as maiores ameaças ao regime democrático, dificultando o bom funcionamento da democracia nos países em análise. Também os partidos políticos e as eleições são instituições políticas essenciais para dar sustentabilidade e consolidar uma ordem política democrática.

Apesar dos prognósticos das percepções dos membros das elites parlamentares, a tendência geral que se manifesta é de certa estabilidade do regime democrático dos países do Mercosul, com exceção da Venezuela. Se analisássemos somente as opiniões dos legisladores ficaria difícil de dizer se a democracia nos países do Mercosul está estável. Com a apresentação dos dados divulgados pelo *Latinobarómetro* e pela *Fundação Konrad Adenauer-Polilat* pode-se dizer que no Uruguai e na Argentina, a estabilidade da democracia está bem avançada. É importante dizer que este avanço é mais acentuado no Uruguai, pois os indicadores das instituições de pesquisas mostram um forte crescimento democrático. Já no Brasil, a estabilidade está avançando lentamente. Este avanço lento é devido à má avaliação de alguns indicadores na esfera educacional e do baixo combate a pobreza, que, por sua vez, tem influenciado no desenvolvimento democrático. Estes dois fatores continuam sendo os principais problemas que impedem um avanço mais rápido em direção ao alto desenvolvimento da democracia brasileira.

O mesmo não se pode dizer da Venezuela e nem do Paraguai. Mesmo que os cidadãos venezuelanos, segundo os dados de 2007 do *Latinobarómetro*, avaliem bem a democracia, o governo de Hugo Chávez está trabalhando contra ela: enfraqueceu a atuação dos membros da *Asamblea Nacional*; usa com frequência o referendo popular, para neutralizar as ações dos parlamentares; vem adquirindo super poder para governar; limitou a atuação dos adversários; colocou colaboradores no interior dos poderes constitucionais (Executivo, Legislativo e Judiciário); atua para enfraquecer a imprensa, entre outras. Recentemente, Hugo Chávez criou, por decreto, a Lei de Inteligência e Contra-Inteligência (Revista Veja, 2008). O tenente-coronel do Exército e presidente da República da Venezuela, Hugo Chávez, inspirou-se nos comitês cubanos de defesa da

Revolução. Os Comitês de Defesa da Revolução, chamados de CDR, têm a função de espionar e controlar a vida dos cidadãos. Qualquer desvio de conduta que seja considerado danoso ao governo, o cidadão cubano sofre com a ‘mão’ pesada do Estado. Com a Lei de Inteligência e Contra-Inteligência, os cidadãos venezuelanos têm que colaborar com os espiões do governo para controlar a ação da oposição. A criação dessa lei é mais uma ação para sepultar a democracia venezuelana.

No Paraguai, um dos países mais pobres da América do Sul e do Mercosul, a estabilidade está muito lenta. Os próximos anos servirão de teste para a democracia paraguaia, pois o candidato da oposição, Fernando Armino Lugo de Méndez (*Alianza Patriótica para el Cambio*)¹⁶, apoiado pela coalizão liderada pelos membros do Partido Liberal Radical Autêntico, venceu as últimas eleições gerais para presidente da República. Também servirão de teste para os membros das elites políticas, pois eles terão que respeitar as regras do jogo democrático. O que estará em jogo é a governabilidade do país, pois a *Alianza Patriótica para el Cambio* não obteve maioria suficiente para fazer as reformas desejadas. Isto significa que o futuro presidente da República do Paraguai terá que negociar com todas as forças políticas do país, inclusive com o Partido Colorado, para manter a governabilidade e afastar futuras tendências golpistas.

Dada à importância da democracia na região da América Latina, é interessante pensar na necessidade de conhecer ainda mais a funcionabilidade deste regime político. Uma possível linha de pesquisa que surge como proposta é que se concentra nas opiniões dos parlamentares latino-americanos. Com a boa iniciativa dos pesquisadores

¹⁶ Fernando Lugo rompe com a hegemonia de 61 anos do Partido Colorado à frente do governo do Paraguai. Com 40,8% dos votos, Fernando Lugo elegeu-se presidente da República, derrotando a candidata governista Blanca Ovelar (30,7%) e o general Lino Oviedo (21,9%), que liderou, em 1996, um golpe de Estado contra o ex-presidente da República Juan Carlos Wasmosy.

associados ao *Instituto Interuniversitari de Iberoamérica* da *Universidad de Salamanca* (Espanha), sob coordenação do professor Manuel Alcántara Sáez, de disponibilizarem todo material (artigos, livros, bancos de dados, questionários, entre outros), é possível obter os resultados ou os bancos de dados sobre a pesquisa *Élites Parlamentarias Latinoamericanas* e realizar estudos comparativos sobre a democracia nos países latino-americanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM NETO, Octavio (2006). *Presidencialismo e governabilidade nas Américas*.

RJ: Editora FGV.

_____ (2002). De João Goulart a Hugo Chávez: a política venezuelana à luz da experiência brasileira. SP: *Revista Opinião Pública*, v. 8, n° 2, p. 251-274.

ANASTASIA, Fátima, MELO, Carlos R. e SANTOS, Fabiano (2004). *Governabilidade e representação política na América do Sul*. SP: Editora UNESP.

BAQUERO, Marcello (2000). *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. RS: Editora da Universidade/UFRS.

DAHL, Robert A. (1997), *La poliarquía: participación y oposición*. Espanha: Editora Tecnos.

DICIONÁRIO ELETRÔNICO DE LÍNGUA PORTUGUESA HOUAISS (2007).
Versão 2.0a.

FELISBINO, Riberti de Almeida (2005). *A elite parlamentar latino-americana: Colômbia, Peru e Paraguai em perspectiva comparada*. São Carlos: III

Congresso de Pós-Graduação/VI Jornada Científica, Universidade Federal São Carlos.

-
- _____ e MIRANDA, Francisco J. Lemus (2005). ¿Qué piensa la elite política latinoamericana sobre la actividad de los partidos políticos: Brasil y Guatemala en perspectiva comparada, Tordesillas (Espanha): XI Encuentro de Latinoamericanistas: La Comunidad Iberoamericana de Naciones, Universidad de Valladolid.
- FREIDENBERG, Flavia (2007). Análisis de las elecciones en América Latina [Online]. Disponível _____ em: http://americo.usal.es/oir/opal/elecciones/elecciones_Freidenberg06.pdf, Acessado em: 10/06/2008.
- FLORIA, Carlos A. (1997). América Latina: la democracia en tiempo difíciles, In Élités y democracia, Espanha: Revista de Ciencias Sociales América Latina Hoy, nº 16, agosto, p. 05-14.
- GEDDES, Bárbara (2001). O quê sabemos sobre democratização depois de vinte anos? SP: Revista Opinião Pública, v. 7, nº 2, p. 221-252.
- HUNTINGTON, Samuel P. (1994). A terceira onda: a democratização no final do século XX. SP: Editora Ática.
- LINZ, Juan J. e STEPAN, Alfred (1996). Problems of democratic transition and consolidation: southern Europe, south America and post-communist Europe. Baltimore e Londres: Johns Hopkins University Press.
- MAINWARING, Scott, BRINKS, Daniel e PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal (2001). Classificando regimes políticos na América Latina, 1945-1999. RJ: Revista de Ciências Sociais DADOS, v. 44, nº 4, p. 645-687.

- MESSENERG, Débora (2002). A elite parlamentar do pós-constituinte: atores e práticas. SP: Editora Brasiliense.
- MOLINA, José Enrique e LEVINE, Daniel (2007). La calidad de la democracia en América Latina: una visión comparada, In Calidad de la democracia, Espanha: Revista de Ciencias Sociales América Latina Hoy, n° 45, abril, p. 17-46.
- REVISTA VEJA (2008). Todo o poder aos espões de Chávez [Online], In Edição 2064, 11 de junho, Disponível em: http://veja.abril.com.br/110608/p_106.shtml, Acessado em: 13/06/2008.
- SÁEZ, Manuel A. e FREIDENBERG, Flavia (2002). Partidos políticos na América Latina. SP: Revista Opinião Pública, v. 8, n° 2, p. 137-157.

PÁGINAS WEBS CONSULTADAS

ÉLITES - Observatorio de Élités Parlamentarias en América Latina:
<http://americo.usal.es/oir/elites/>.

Fundação Konrad Adenauer-Polilat: <http://www.idd-lat.org/>.

Instituto Interuniversitario de Iberoamérica: <http://www.usal.es/~iberoame/>.

Latinobarómetro: <http://www.latinobarometro.org/>.

OIR - Observatorio de Instituciones Representativas: <http://americo.usal.es/oir/>.

Revista de Ciencias Sociales América Latina Hoy:
<http://www.usal.es/~iberoame/americalatinahoy/index.htm>.